

# Simposio



FUNDACIÓN CICOP  
CENTRO INTERNACIONAL PARA  
LA CONSERVACIÓN DEL PATRIMONIO  
[www.cicop.com](http://www.cicop.com)

## ORDEN DE SESIONES



XXV Aniversario del CICOP.España  
en Canarias



### Arona Tenerife

14, 15 y 16 de noviembre  
de 2018

# XX Simposio sobre Centros Históricos y Patrimonio Cultural de Canarias



**15**  
NOVIEMBRE  
2018

# WORKSHOP **6**

## SESIÓN DE MAÑANA

**Casa La Bodega**  
**Centro Histórico de Arona**  
<https://goo.gl/maps/YB1oFtGEv8t>

**09.00 hs**

**09.30 hs**

RUTA URBANA GUIADA  
Centro Histórico de Arona  
Inscritos en el Workshop 3

**12.30 hs**

RECEPCIÓN OFICIAL  
Ayuntamiento de Arona a Ponentes,  
Conferenciantes invitados, Directores  
Workshop y miembros de la Red de  
Centros Históricos de Canarias y  
Medinas del Mediterráneo



PROYECTO EUROPEO SOSTURMAC  
Programa Europeo PCT-MAC 2014-2020  
Revalorización sostenible del patrimonio natural  
y arquitectónico de Canarias y Cabo Verde

*Dirección*

**Miguel Ángel Fernández Matrán**

*Director General de la Fundación CICOP*

*Presidente del CICOP.España*

*Ponentes*

**Hamilton Fernandes**

*Presidente del Instituto de Patrimonio Cultural de Cabo Verde*

**Gislaine Hasse Sakorsky**

*Arquitecta*

**José Luis Dólera Martínez**

*Arquitecto*

**David Sánchez Fernández**

*Ingeniero Informático*

**María Delgado Díaz**

*Arquitecta. ITER. Cabildo Insular de Tenerife*

**Mónica Alonso López**

*Lda. Ciencias Ambientales. AIET*

**Yolanda Gil Lapuente**

*Unidad de Patrimonio Histórico. Ayuntamiento de Yaiza*



**OS CENTROS HISTÓRICOS EM CABO VERDE: UMA REFLEXÃO PARA A  
SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO URBANO. CASO DO CENTRO  
HISTÓRICO DA PRAIA, PATRIMÓNIO NACIONAL**

**Hamilton J. Fernandes**

Presidente do Instituto do Património Cultural  
Ministerio da Cultura e das Industrias Criativas de Cabo Verde  
Achada Sto Antonio, cp 76, Cidade da Praia, Cabo Verde  
[Hamilton.fernandes@iipc.gov.cv](mailto:Hamilton.fernandes@iipc.gov.cv) e [jairfernandes40@hotmail.com](mailto:jairfernandes40@hotmail.com)

**Comunicación presentada al WorkShop Nº: \_\_\_\_\_**

**RESUMO**

A preservação e valorização do património tem tido um papel cada vez mais relevante nas políticas de ordenamento do território, sejam elas local, regional, nacional e internacional.

Essa mudança de atitude é baseado no conceito de sustentabilidade, em que a comunidade é convidado a assumir um papel preponderante e decisor nas medidas a serem adotadas.

Urbanismo, Memória e Território, não obstante de serem conceitos académicos, no caso particular da presente reflexão tem por objetivo trazer a consideração, uma perspetiva mais alargada do espaço físico e na sua interação com o homem, enquanto produto da história.

Analisar os Centros Historicos de Cabo Verde, mormente o Centro Historico da Praia, Patrimonio Nacional, a partir desta abordagem permite uma visão holística do que foi a história do arquipélago, desde ocupação do território, passando pelo papel preponderante da vila da Ribeira Grande, sendo o primeiro espaço urbanizado pelos europeios a sul de Sahara, enquanto entreposto atlântico de escravo, até a valorização de todo esse legado em prol do desenvolvimento local, finalizando na sua decadencia nos finais do seculo

---

XVIII e a emergência da vila da Praia de Santa Maria da Vitoria, hoje Cidade da Praia, Património Nacional.

**PALAVRAS CHAVE:** Cabo Verde, Centros Históricos, Património Urbano, Centro Histórico da Praia, Desenvolvimento Sustentável

### **Introdução**

As políticas relativas à salvaguarda do património cultural apresentam-se, hoje, como um problema complexo. Isto pelo “alargamento” que o conceito de património cultural ganhou, e pelos problemas concretos que se colocam às sociedades que o criam.

Citando Jorge Custódio (2010), *“o património é utilizado e compreendido com um valor social, integrador, agregador, com vista à construção de uma sociedade cujo desenvolvimento seja mais equilibrado e orientado para a sustentabilidade, na qual o património, o ambiente e a cultura tenham o seu lugar específico e possam ser factores de afirmação da cidadania (...)”*.

A presente reflexão debruça-se sobre o **Centro Histórico da Praia**, e para o efeito importa trazer à tona conceitos como **História e Memória, Património Cultural e Território Sustentável**, que acabam por ser o cerne de todas as interrogações adiante expostas.

A primeira justificação deve-se ao valor identitário e de memória que o património cultural encerra. Uma segunda, com a visão mais recente e amadurecida do desenvolvimento sustentável, que aponta o património cultural como um pilar fundamental.

É nosso objectivo facultar ao leitor as ferramentas conceptuais de análise das intervenções no património construído, que o centro histórico alberga. Para o efeito será fundamental debruçarmos sobre um exemplo de boas práticas, deixando as conclusões finais.

Ressalvamos ainda, que a nossa análise centrará sempre na perspectiva do conjunto patrimonial que constitui o referido centro histórico, em detrimento das intervenções isoladas promovidas ao longo desses últimos anos, salvo caso pontuais com intuito de clarificar os ditos conceitos.



---

## **O centro histórico e o patrimonio urbano. As dinámicas e as assemitrias**

A sincronia entre o Património e a Cidade, apresenta-se como um problema de planificação urbana das cidades históricas. Neste sentido, é importante sublinhar que, qualquer intervenção sobre o património localizado nos espaços urbanos terá que contemplar a integração entre o património urbanístico e paisagístico, o ordenamento do território, a evolução e o desenvolvimento, a renovação e o crescimento urbano.

O Centro Histórico da Praia, a par da Ribeira Grande de Santiago, desempenhou um papel cimeiro no comércio escravocrata a partir do século XVI, em virtude do seu posicionamento geoestratégico relativamente a Europa, África e América.

Dadas as boas condições naturais do seu porto, conjugado com a sua localização num planalto, que garante melhores condições de defesa, a vila da Praia paulatinamente vai-se transformando no principal pólo económico, administrativo, religioso e militar da Província, com a decadência da Ribeira Grande de Santiago.

A planificação urbanística do Centro Histórico da Praia, que é do século XIX, obedece a métrica ibérica, projectada no início da centúria de dezassete. Pois, o traçado das ruas e avenidas, as praças, a geometria dos edifícios constituem testemunhos de confluências de diversos estilos arquitectónicos neoclássicos.

Definido de uma forma simplista, o Centro Histórico é o núcleo central de um conjunto urbano, formado ao longo de um horizonte temporal alargado, que pode ou não manter vestígios dessas várias épocas, e que foi isolado pela expansão acelerada da época industrial e pós-industrial.

Hoje, verifica-se gradualmente a desertificação destes centros históricos, terciarizados e socialmente envelhecidos, que urge recuperar para que se possa reaver a sustentabilidade e a escala humana das cidades, alterada pela época industrial.

No tocante ao conceito de Reabilitação Urbana, destacaríamos o ilustrado no Decreto-Lei n.º 2/2011 de 3 de Janeiro, sobre o Regime Jurídico de

Reabilitação Urbana de Cabo Verde, “(...) a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização colectiva e de obras de construção, (...)”.

Estas intervenções para além dos propósitos económicas e urbanísticas, tem também motivações patrimoniais e sociais, ou seja, trata-se de preservar os elementos de identificação urbana, o tecido físico e social, e a memória da cidade.

As operações de reabilitação têm assim, o duplo objectivo de restaurar o património urbano e melhorar a qualidade de vida, mantendo a população residente, procurando assim travar o processo de despovoamento das áreas centrais das cidades.

Neste sentido será legítimo questionar algumas intervenções levados a cabo no Centro Histórico da Praia, isto tendo em linha de conta o supra citado. Quais os impactos que as mesmas evidenciam? Terão elas respeito pela memória, preservação do património urbano, dinâmica cultural e poder de atractividade a ponto de restituir a função residencial, inicialmente concebido pelo plano urbanístico de 1812?

O processo de salvaguarda e reabilitação dos centros históricos deve assentar na formulação de políticas urbanas respeitadoras do progresso cultural e social, garantindo o desenvolvimento económico, o bem-estar e a melhoria das condições de vida dos seus habitantes, respeitando as heranças culturais e patrimoniais.

Atendendo ao acima mencionado, e levando em linha de conta as visíveis transformações que o Centro Histórico da Praia e a sua área de protecção foi alvo, acelerado sobretudo após a sua classificação como Património Nacional (Resolução nº 67/2013 de 17 de Maio), importa reflectir sobre os resultados práticos desse estatuto.

Os centros históricos têm sido vistos como mais-valia para território, não só no sentido da memória histórica, mas enquanto activo económico para o

turismo. Até que ponto a classificação do Centro História da Praia a Património Nacional teve esse retorno? Não cumprindo o dito, e a despeito da acelerada descaracterização e contrariando os propósitos conservacionistas, vale a pena pensar esse centro histórico enquanto tal? Não estariam em causa a conservação dos valores patrimoniais, urbanísticos, arquitectónicos e artísticos? Em que medida as ferramentas de ordenamento do território, no caso o PDM e o Plano de Salvaguarda poderão frear essa descaracterização?

Qualquer operação de preservação no Centro Histórico da Praia terá que ser sempre analisada numa perspectiva de conjunto, isto conforme as recomendações reflectidas na Carta da Nairobi de 1976.

Sendo Património Urbano o título da reflexão em análise, faremos o uso da Recomendação sobre as Paisagens Urbanas Históricas (2012), “*O património urbano, incluindo seus componentes tangíveis e intangíveis, constitui um recurso fundamental na melhoria da habitabilidade das áreas urbanas e promove o desenvolvimento económico e a coesão social num ambiente global em constante mudança.*”

O património urbano e arquitectónico, ao contribuir para a formação de imagens mais atractivas dos lugares, que podem influir favoravelmente na captação de novos investimentos, sobretudo de sectores qualificados da economia, acaba por ser um importante factor de competitividade dos territórios.

Desde a sua fundação até a década de 50 do século XX, a Cidade da Praia identificou-se com o Centro Histórico. Após a independência de Cabo Verde, verifica-se um rápido crescimento da cidade e posterior decadência nos finais dos anos 90, fruto dos “constrangimentos” impostos pela preservação da antiga vila seiscentista, e pelo surgimento de novas centralidades com melhores condições sócio urbanístico.

Parafraseando o arquitecto Marcelo Brito (2009), “*as cidades e os conjuntos históricos estão submetidos á profundas transformações funcionais e sociais, configurando-se como realidades urbanas onde convivem em tensão permanente, a tensão da mudança, velhas e novas funções*”.

---

Algumas cidades históricas mundiais passaram a viver a nova lógica de urbanização ligada à *indústria cultural* que, transforma o antigo em velho e o novo em modelo das virtudes do progresso.

Assim sendo, fica a inquietude ao acima dito, será esta a concepção inicial inerente a valorização da rua 5 de Julho, comumente denominado de rua pedonal? as visíveis transformações que ela vem sofrendo dia pôs dia, com a introdução de elementos que afectam a plena contemplação dos seus aspectos artísticos, urbanísticos e paisagístico? E quanto ao mediatizado projecto de reabilitação do Mercado da Praia, não estariam os valores de autenticidade em causa, bem como a sua desintegração do conjunto?

Fazendo o uso das cartas patrimoniais, convém facultar ao leitor um conceito extremamente importante, constante na carta de Veneza de 1964, sobre a necessidade de restauração. O documento afiança que a ela deve ocorrer em carácter excepcional e objectiva, revelando o valor histórico e estético do bem; baseia-se no respeito à matéria antiga e a documento autêntico.

Chegado e a este ponto, e para melhor compreensão desta nossa reflexão citaremos o exemplo de uma cidade histórica que conseguiu solucionar o dilema Preservação do Património *versus* Desenvolvimento Urbanístico, conseguido um ponto de equilíbrio e ganhos extraordinários.

Na sequência das obras de construção do metro de Roma, deparou-se com estruturas arqueológicas, pertencentes ao antigo império romano, o que fez com que a cidade fosse apelidada como o maior Museu Subterrânea do mundo.

De entre elas, foram descobertas o Ateneu do Imperador Adriano, datada do século II a.c. Tendo em consideração os ganhos que a cidade de Roma tem tido devido ao seu vasto legado patrimonial, a sensibilidade dos decisores políticos e sobretudo da população – vendo no fluxo turístico o principal recurso económico da cidade – “obrigaram” a que o técnicos desviassem o traçado original da rede metropolitana, escavando numa profundidade além do inicialmente planeado.



---

Este exemplo pode ser tido como ponto conciliador e de entendimento entre os trabalhos de melhoria urbana e o preservar do património cultural, dado que ambos são prioritários e que de uma forma directa afectam o bem-estar da população.

Numa visão holística, a nossa perspectiva não visa cristalizar o património urbano oitocentista herdado, nem muito menos fazer o uso do conceito “radical” defendida pelo arquitecto inglês John Ruskin (1819 - 1900), que concebia as intervenções no património construído apenas a nível de *anastiloses*, ou seja simples reposição das partes, de forma a contemplar o valor estético da ruína.

Porém importa questionar se o valor do Centro Histórico da Praia, enquanto conjunto histórico não estaria em causa, restando apenas a contemplação e rememoração, conforme define o crítico de arte austríaco Aloís Riegl (1858-1905).

### **Conclusões**

O Centro Histórico da Praia, tem sido alvo sistematicamente de agressão e de descaracterização do seu conjunto urbano. Torna-se um exercício penoso, observar as novas edificações que procuram aumentar em volumetria e altimetria colocando em risco o património urbano e arquitectónico, bem como da sua ambiência.

Assim sendo, reforçando a ideia supra mencionado não seria legítimo projectar a preservação do património arquitectónico numa perspectiva isolada, destacando valores de autenticidade e integridade dos elementos arquitectónicos, construtivos e artísticos?

Finalmente, dois aspectos importantes a levar em linha conta na nossa reflexão, de um lado a atenção à qualidade da paisagem da cidade histórica que constitui a base para a formulação do conceito de património urbano, de outro, a necessidade de modernização urbana e, portanto a exigência de transformação das cidades antigas.

---

O processo de salvaguarda dos centros históricos deve assentar na formulação de políticas urbanas respeitadoras do progresso cultural e social, garantindo o desenvolvimento económico, o bem-estar e a melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

## **BIBLIOGRAFIA**

BARCELLOS S.; (1976). "*Subsidios para a história de Cabo Verde e Guiné*". História e memórias de APC. Lisboa.

CAMPOS M., JUAN/ RODRIGO M<sup>a</sup>, JOSÉ/ GÓMEZ, F.; (1996) "*Arqueología Urbana en el Conjunto Histórico de Niebla – Carta de Riego*" Ed. Junta de Andalucía. Consejera de Cultura. Sevilla

CARVALHO C. (2005). "*A herança patrimonial e a política de conservação. Balanço e perspectivas*", in Correia e Silva F.E: (Coord.) *Cabo Verde. 30 anos de cultura. 1975-2005*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Praia. pp. 359-375.

CORREIA E SILVA A.L.; (1998). "*Espaços Urbanos em Cabo Verde. O tempo das cidades-porto*". Ed. CNCDP. Lisboa.

EVORA, José Silva.(2002) *O património arqueológico cabo-verdiano: situação actual da questão*. In: Revista Africana. Nº 24. Porto. Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde-Universidade Portucalense

FREIRE, Verónica dos Reis. (1993) *A experiência Cabo-verdiana no domínio do património*. In: Revista Africana. Número especial. Setembro.

NUNES MARTINS, ANA M. (2011) *A salvaguarda do património cultural no ordenamento territorial; o caso específico do património arqueológico*. Lisboa

OSORIO DE OLIVEIRA; (1955) "*As ilhas portuguesas de Cabo Verde*". Oporto

OOSTERBEEK, LUIZ. (2011) *Memória, Cultura e Território*. Zahara.

PEREIRA D. A.; (1984) "*A situação da ilha de Santiago no 1º Quartel do século XVIII*". Edições ICL. Lisboa.

PEREIRA D. A.; (2009) "*Marcos Cronológicos da Cidade Velha*". Edições INBL. Praia.

RODRÍGUEZ T., IGNACIO; (2004) "*Arqueología Urbana en España*". Ariel Patrimonio.



## **XX Simposio de Centros Históricos y Patrimonio Cultural de Canarias (Arona 2018)**

Arona. Tenerife 2018

14,15 y 16 de noviembre de 2018

---